

PCS

PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PCS) PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PACUERA – PCH CANTU 2

CANTU ENERGÉTICA S.A.

NOVA CANTU, LARANJAL,
RONCADOR E PALMITAL/PR

CANTU ENERGÉTICA S.A.

CIA AMBIENTAL

**PCS - PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PACUERA - PCH Cantu 2**

**NOVA CANTU, LARANJAL, RONCADOR E PALMITAL – PR
Agosto/2026**

CONTROLE DE ALTERAÇÕES		
ÍNDICE DE VERSÕES		
VER.	DATA	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS
01	18/08/2026	Emissão inicial
Projeto: Revisão Pacuera PCH Cantu 2		CC: 202602301
Requisitos: Lei Federal nº 12.651/2012, Lei Estadual nº 22.252/24, Decreto Estadual 9.541/25, Instrução Normativa IAT nº 64/2025 e Informação Técnica IAT nº 40/2025.		
Elaboração	Análise crítica	Aprovação
Fernando Manfron	Orestes Jarentchuk Junior	Orestes Jarentchuk Junior
Data	Data	Data
14/08/2026	18/08/2026	18/08/2026
Como citar este documento: CIA AMBIENTAL. PCS. Plano de Comunicação Social para Audiência Pública: PACUERA - PCH Cantu 2. Curitiba, agosto/2026.		

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EMPREENDIMENTO

	Empreendedor
Nome fantasia:	PCH Cantu 2
Razão social:	Cantu Energética S/A
CNPJ:	04.502.574/0001-19
Inscrição estadual:	Isento
Número do CTF Ibama:	5505758
Atividade:	Geração de energia elétrica
Endereço para correspondência:	Av. Engenheiro Domingos Ferreira, n° 2589, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.020-031
Telefone/fax:	(81) 2137-7043
Representante legal:	João Siloé Oliveira
CPF:	572.683.981-5
Cargo:	Gerente de Meio Ambiente
Endereço:	Av. Engenheiro Domingos Ferreira, n° 2589, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.020-031
Telefone/fax:	(81) 2137-7043
Responsável técnico:	João Paulo Miranda dos Santos
Formação:	Engenheiro eletricista
Registro profissional:	MT-23528/D



Empreendimento

Nome fantasia:	PCH Cantu 2
Razão social:	Cantu Energética S/A
CNPJ:	04.502.574/0001-19
Inscrição estadual:	Isento
Atividade:	Geração de energia elétrica
Endereço:	Estrada Água da Abelha S/N, Zona Rural
Contato:	Célio Antônio Camerine
CPF:	999.518.780-91
Cargo:	Encarregado de manutenção elétrica e mecânica
Telefone:	(47) 99217-9187
E-mail:	celio.camerine@brennandenergia.com.br

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CONSULTORA

Com mais de 20 anos no mercado, a Cia Ambiental oferece a seus clientes assessoria técnica especializada e atualizada na área de meio ambiente. O objetivo da Cia Ambiental é auxiliar e orientar empreendedores, entidades, empresas e organizações na adequação de suas atividades, com respeito ao meio ambiente, à legislação ambiental e aos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

		Empresa responsável
Razão social:	Assessoria Técnica Ambiental Ltda.	
Nome fantasia:	Cia Ambiental	
CNPJ:	05.688.216/0001-05	
Inscrição estadual:	Isenta	
Inscrição municipal:	07.01.458.871-0	
Registro no CREA-PR:	41043	
Número do CTF IBAMA:	2997256	
Endereço:	Rua Lysimaco Ferreira da Costa, nº 101, Centro Cívico, Curitiba, PR. CEP: 80.530-100.	
Telefone/fax:	(41) 3336-0888	
E-mail:	ciaambiental@ciaambiental.com.br	
Representante legal:	Pedro Luiz Fuentes Dias	
CPF:	514.620.289-34	
Registro no CREA-PR:	PR-18.299/D	
Número do CTF IBAMA:	100593	
Coordenador geral e contato:	Orestes Jarentchuk Junior	
e-mail:	orestes.jarentchuk@ciaambiental.com.br	
Registro no CREA-PR:	110.236/D	
Número do CTF IBAMA:	5.083.633	

COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO TRABALHO – EQUIPE TÉCNICA

Coordenação geral

Engenheiro florestal, especialista em análise ambiental, mestre em agronomia

CREA-PR: 18.299/D

ART nº: 1720262924912

CTF IBAMA: 100.593



Pedro Luiz Fuentes Dias

Coordenação e gestão

Geógrafo, mestre em geografia (paisagem e análise ambiental

CREA PR: 110.236/D

ART nº: 1720263100190

CTF IBAMA: 5.083.633



Orestes Jarentchuk Junior

Equipe de apoio

Fernando Ricardo Rostock Manfron - Geógrafo: apoio nos estudos do meio socioeconômico.

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>APRESENTAÇÃO</u>	<u>10</u>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	10
1.2	APRESENTAÇÃO DO PACUERA	13
1.3	JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO PSC	14
<u>2</u>	<u>PÚBLICO DE INTERESSE</u>	<u>15</u>
2.1	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO	15
2.2	MAPEAMENTO DOS ATORES SOCIAIS	16
<u>3</u>	<u>METODOLOGIA DE ATUAÇÃO</u>	<u>18</u>
3.1	DESCRIÇÃO DA ABORDAGEM METODOLÓGICA	18
<u>4</u>	<u>COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO</u>	<u>20</u>
4.1	REUNIÕES PRÉVIAS E OUTRAS FORMAS DE DIVULGAÇÃO	20
4.2	REUNIÃO PREPARATÓRIA COM A EQUIPE DO IAT	21
4.3	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	21
<u>5</u>	<u>PLANEJAMENTO DE MÍDIA</u>	<u>24</u>
5.1	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	25
<u>6</u>	<u>REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA</u>	<u>26</u>
<u>7</u>	<u>RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA</u>	<u>28</u>
<u>8</u>	<u>CONCLUSÃO</u>	<u>29</u>

1 APRESENTAÇÃO

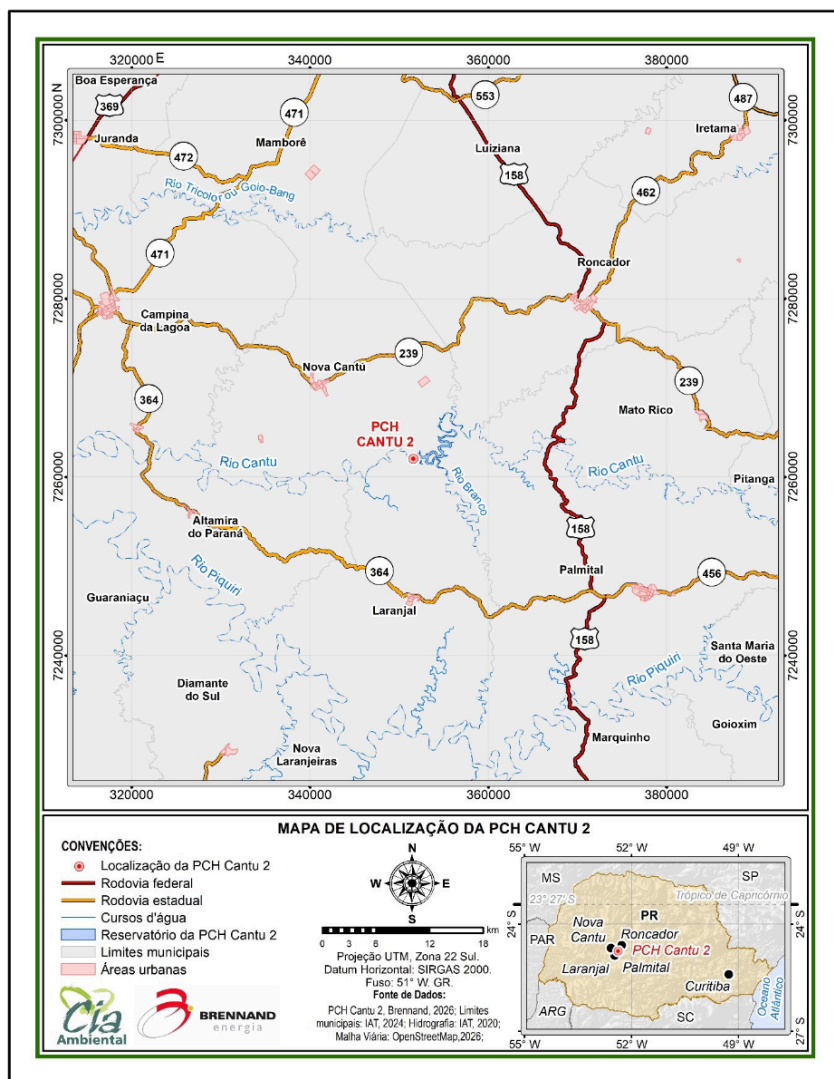
1.1 Contextualização do empreendimento

A Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Cantu 2 está localizada no estado do Paraná e encontra-se em operação desde dezembro de 2015. O empreendimento foi implantado para geração de energia elétrica por meio do aproveitamento do potencial hidráulico do rio, contribuindo para o atendimento da demanda energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

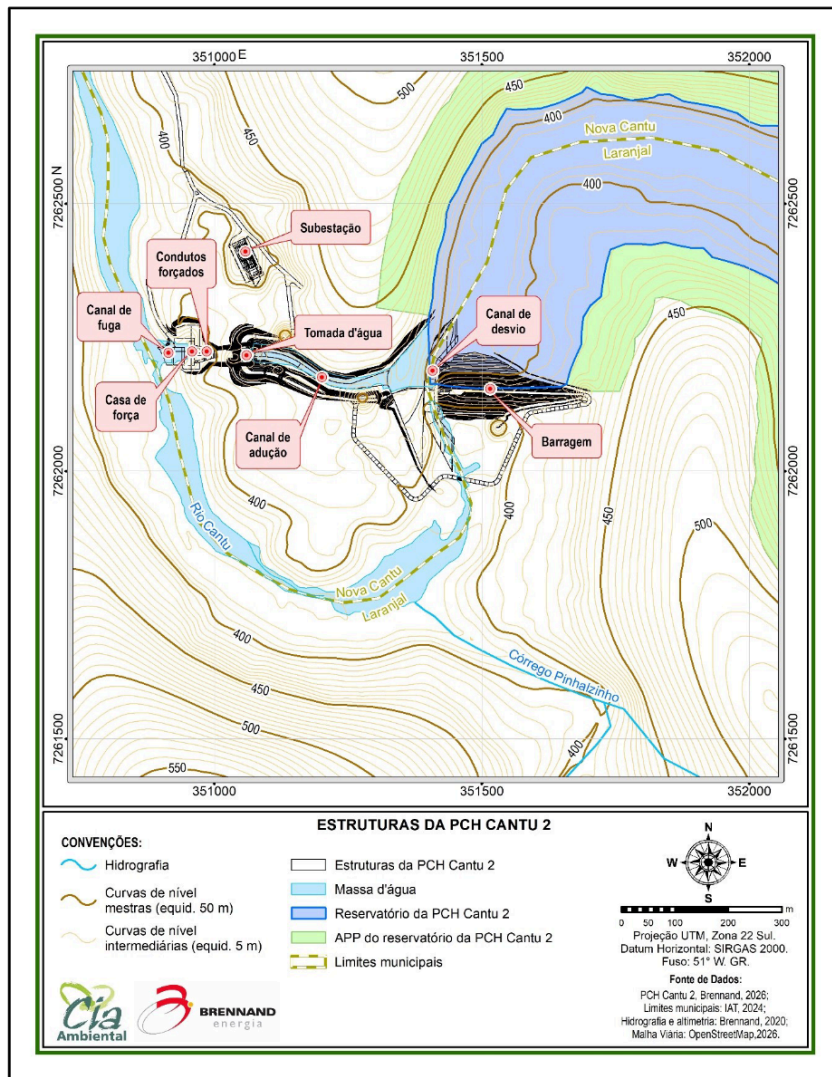
A usina possui potência instalada de 19,80 MW e opera no sistema denominado fio d'água, caracterizado pela utilização da vazão natural do rio, com reduzida capacidade de armazenamento de água no reservatório. Esse modelo operacional busca conciliar a geração de energia com a manutenção das condições hidrológicas do curso d'água, incluindo a liberação da vazão remanescente necessária para a conservação dos ecossistemas aquáticos. O empreendimento é composto pelas estruturas de barramento, vertedouro, tomada d'água, canal adutor, condutos forçados e casa de força, responsáveis pela captação da água, geração de energia e devolução da vazão ao rio. O reservatório possui área aproximada de 3,55 km² e a barragem apresenta altura máxima de 39 metros.

O acesso à casa de força é realizado a partir da Rodovia Estadual PR-239, seguindo por estrada vicinal sinalizada na saída do município de Nova Cantu em direção a Roncador, percorrendo aproximadamente 16,5 km.

O reservatório da PCH Cantu 2 está inserido na área de influência de quatro municípios paranaenses: Nova Cantu, Roncador, Palmital e Laranjal. Em relação às sedes municipais, as distâncias aproximadas são de 16,5 km até Nova Cantu, 55 km até Roncador, 102 km até Palmital e 102,5 km até Laranjal. O empreendimento localiza-se a aproximadamente 483 km de Curitiba. A localização regional da PCH Cantu 2 é apresentada no mapa 1, enquanto o mapa 2 apresenta a disposição das principais estruturas do empreendimento.



Mapa 1 – Mapa de localização da PCH Cantu 2.



Mapa 2 – Mapa de estruturas da PCH Cantu.

1.2 Apresentação do PACUERA

O PACUERA é um instrumento previsto na legislação ambiental brasileira que tem como finalidade orientar o uso e a ocupação das áreas localizadas no entorno de reservatórios artificiais, buscando compatibilizar a conservação dos recursos naturais com os diferentes usos desenvolvidos pela população.

Além de estabelecer diretrizes para a proteção ambiental, o PACUERA contribui para o ordenamento territorial do entorno do reservatório, definindo critérios e recomendações para usos compatíveis com as características ambientais da área, considerando aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais. Dessa forma, o plano busca promover a utilização sustentável do reservatório e de sua Área de Preservação Permanente (APP), conciliando a geração de energia com a conservação ambiental e os interesses das comunidades locais.

A elaboração do PACUERA para empreendimentos de geração de energia elétrica atende ao disposto no art. 4º da Resolução CONAMA nº 302/2002 e no art. 5º da Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), que estabelecem a necessidade de definição de diretrizes para a conservação e o uso do entorno dos reservatórios artificiais. No Estado do Paraná, a elaboração do plano observa as diretrizes estabelecidas pela Lei Estadual nº 22.252/2024, pelo Decreto Estadual nº 9.541/2025 e pela Instrução Normativa IAT nº 64/2025, que definem o conteúdo mínimo, os procedimentos técnicos e as etapas necessárias para sua elaboração e aprovação.

O PACUERA da PCH Cantu 2 resulta da integração de levantamentos de campo, análises ambientais, socioeconômicas e de uso e ocupação do solo, bem como da participação dos diferentes atores sociais envolvidos. Nesse contexto, a audiência pública constitui uma etapa fundamental do processo, permitindo a apresentação dos estudos realizados, o esclarecimento de dúvidas e o recebimento de contribuições da população e das instituições interessadas, as quais poderão subsidiar a versão final do plano. Na ocasião da elaboração deste PCS, a PCH Cantu 2 encontra-se em operação e desenvolve suas atividades vinculadas à Licença de Operação nº 33.945/2019, atualmente em processo de renovação junto ao IAT.

1.3 Justificativa da necessidade do PCS

A elaboração do PCS justifica-se pela necessidade de garantir que as informações relativas ao PACUERA sejam amplamente divulgadas e apresentadas de forma clara, objetiva e acessível à população e às instituições interessadas.

Considerando que o PACUERA estabelece diretrizes para a conservação ambiental e para o uso do entorno do reservatório, é fundamental que os diferentes públicos compreendam seus objetivos, sua abrangência e os possíveis reflexos de sua implementação. Para isso, a comunicação deve utilizar estratégias capazes de ampliar o alcance das informações, promover o entendimento do conteúdo e estimular a participação da sociedade durante todo o processo de consulta pública.

Nesse contexto, o PCS constitui um instrumento de apoio ao processo participativo, estabelecendo as ações de divulgação da audiência pública, os meios de comunicação a serem utilizados e as estratégias para garantir que os diferentes segmentos da sociedade tenham conhecimento da realização do evento e possam exercer seu direito de participação.

A adoção destas medidas visa ampliar a transparência do processo de elaboração do PACUERA, fortalecer o diálogo entre o empreendedor, o poder público e a sociedade. Ao proporcionar o acesso às informações e criar oportunidades para o esclarecimento de dúvidas e o encaminhamento de sugestões, o PCS permite que as contribuições da população sejam incorporadas ao processo de avaliação do plano.

Dessa forma, o PCS desempenha papel fundamental para o sucesso do processo participativo durante audiência pública e posterior eventual aprovação do PACUERA da PCH Cantu 2, assegurando que todo processo ocorra de maneira participativa e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelas legislações estaduais e federais vigentes.

2 PÚBLICO DE INTERESSE

O plano considera como públicos de interesse os indivíduos, grupos, instituições e organizações que possuem relação direta ou indireta com o reservatório da PCH Cantu 2. A identificação desses atores permite direcionar as estratégias de comunicação de forma a assegurar que as informações sejam divulgadas respeitando as características de cada público, favorecendo sua participação na audiência pública.

2.1 Identificação e caracterização

Proprietários e moradores da área de estudo

Este grupo compreende os moradores residentes na área de estudo do PACUERA e em seu entorno, incluindo proprietários rurais, agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e demais usuários do território. Destacam-se os proprietários das 35 áreas diretamente relacionadas ao reservatório, bem como os moradores e trabalhadores que desenvolvem atividades nessas propriedades, constituindo o público com maior interação cotidiana com a área de abrangência do plano.

Também integram esse grupo as pessoas que utilizam o reservatório para atividades de lazer, recreação, pesca amadora e outros usos permitidos pela legislação vigente. Por estarem diretamente vinculados ao território objeto do PACUERA, esses atores representam um dos principais públicos de interesse do processo participativo, uma vez que as diretrizes propostas poderão influenciar o uso e a ocupação das áreas do entorno do reservatório.

Nesse contexto, incluem-se ainda os moradores e ocupantes dos loteamentos irregulares identificados na área de estudo (Nova Cantu e Roncador). Conforme caracterizado no diagnóstico de uso e ocupação do solo, foram identificados dois parcelamentos informais implantados em desacordo com a legislação urbanística e ambiental vigente, constituindo um dos principais conflitos territoriais observados no entorno do reservatório, devendo ser considerados público prioritário das ações de comunicação e mobilização social.

Sua participação na audiência pública é essencial para ampliar o acesso às informações sobre os objetivos e as diretrizes do PACUERA, esclarecer eventuais

dúvidas quanto às restrições e possibilidades de uso do território e promover o processo participativo.

Projeto de Assentamento Fazenda do Chapadão

A área de estudo do PACUERA converge com os limites territoriais do Projeto de Assentamento Fazenda do Chapadão, o que implica sobreposição parcial entre o território do assentamento e a região de análise ambiental.

O PA Chapadão integra a política de reforma agrária e envolve a criação e/ou reconhecimento de um assentamento rural destinado a famílias de trabalhadores rurais, contando atualmente com 206 famílias distribuídas em uma área superior a 4 mil hectares. O assentamento configura-se como um importante espaço de produção agropecuária e de reprodução social, marcado por desafios relacionados à posse da terra, ao uso do território e ao acesso às políticas públicas.

Em razão de sua inserção parcial na área de estudo e da expressiva representatividade social e territorial, as famílias do PA Fazenda do Chapadão constituem um público de interesse prioritário para o PCS. A participação desse segmento nas ações de divulgação e na audiência pública é fundamental para assegurar que seus moradores tenham acesso às informações sobre os objetivos e as diretrizes do PACUERA, possam esclarecer dúvidas e apresentar contribuições relacionadas às atividades produtivas, ao uso dos recursos naturais e às expectativas quanto ao ordenamento do entorno do reservatório.

Órgãos públicos

Incluem o Instituto Água e Terra (IAT), responsável pelo licenciamento ambiental e condução do processo administrativo, bem como as prefeituras e câmaras municipais dos municípios de Nova Cantu, Laranjal, Roncador e Palmital, abrangidos pelo reservatório, secretarias municipais, órgãos estaduais relacionados ao meio ambiente, agricultura, turismo, planejamento territorial, patrimônio cultural, defesa civil e demais instituições com competência sobre o território.

2.2 Mapeamento dos atores sociais

O mapeamento dos atores sociais foi elaborado com base nas informações obtidas durante as entrevistas de campo, realizadas entre os meses de março e maio

de 2026, complementadas pelas observações diretas e pelo diagnóstico socioeconômico desenvolvido para o PACUERA. Essa abordagem permitiu identificar não apenas os grupos sociais presentes na área de estudo, mas também compreender suas formas de ocupação do território, seus principais interesses, expectativas e potenciais contribuições ao processo participativo.

As entrevistas evidenciaram que a área de estudo apresenta dois perfis predominantes de ocupação. O primeiro é composto por grandes propriedades rurais voltadas principalmente à pecuária de corte, pecuária leiteira e agricultura comercial, com predomínio de caseiros e trabalhadores rurais como moradores permanentes. O segundo corresponde às pequenas propriedades inseridas no PA Fazenda do Chapadão, onde predominam a agricultura familiar, a pecuária leiteira e a produção destinada ao consumo próprio e à comercialização em pequena escala, conduzidas majoritariamente pelos próprios assentados e seus familiares.

Esses dois grupos apresentam interesses convergentes em relação ao uso do entorno do reservatório, especialmente quanto à manutenção das atividades agropecuárias, às condições de acesso às propriedades, ao uso da água para dessedentação animal e às diretrizes que vão orientar o uso futuro das áreas marginais ao reservatório. Em razão dessa relação direta com o território, constituem o principal público de interesse das ações de comunicação previstas neste Plano.

As entrevistas também permitiram identificar aspectos que deverão receber atenção durante a audiência pública. Entre os temas de maior interesse destacam-se as restrições e possibilidades de uso das APPs, o acesso ao reservatório, a manutenção das cercas implantadas na APP, a utilização da água para atividades produtivas, a ocorrência de alagamentos em áreas produtivas e a regularização das ocupações existentes no entorno. Também foram registrados relatos sobre a utilização do reservatório para lazer e pesca amadora, ainda que essa atividade seja considerada limitada pelos moradores.

No Assentamento Fazenda do Chapadão observou-se ainda uma forte organização comunitária, com atuação de associações de agricultores, lideranças locais e mecanismos de cooperação entre os produtores rurais, como o compartilhamento de equipamentos e a realização de mutirões. Essas estruturas sociais representam importantes canais para divulgação das ações do PCS e para mobilização dos moradores visando à participação nas audiências públicas.

3 METODOLOGIA DE ATUAÇÃO

3.1 Descrição da abordagem metodológica

Considerando os levantamentos técnicos e socioeconômicos já realizados ao longo da elaboração do PACUERA, incluindo consultas a instituições, entrevistas de campo e atividades de diagnóstico junto aos diferentes atores sociais, o PCS concentra seus esforços na mobilização dos públicos de interesse, na divulgação das informações referentes e na organização da audiência pública, etapa destinada à apresentação dos estudos e ao recebimento de manifestações da sociedade. Nesse contexto, a metodologia do PCS está organizada em três etapas complementares:

Mobilização e divulgação da audiência pública

Corresponde à execução das ações de comunicação previstas no plano, utilizando estratégias complementares para ampliar o alcance das informações. As atividades incluem a elaboração de materiais informativos, divulgação em meios digitais, envio de convites e ofícios às instituições públicas e representativas, articulação com lideranças locais e utilização dos canais oficiais do empreendedor e dos municípios envolvidos. Considerando o perfil predominantemente rural da população residente na área de estudo, caracterizado por propriedades dispersas e forte atuação de associações comunitárias e organizações locais, as estratégias de mobilização priorizarão a utilização de canais já consolidados nas comunidades, buscando ampliar o alcance das informações e estimular a participação da população.

Realização da audiência pública

A audiência pública constitui a principal atividade prevista e será conduzida em ambiente acessível, organizado e aberto à participação da sociedade. A programação contemplará o credenciamento dos participantes, abertura institucional, apresentação do PACUERA em linguagem acessível, exposição das principais diretrizes propostas para o uso e ocupação do entorno do reservatório, esclarecimento de dúvidas e recebimento de manifestações, sugestões e questionamentos dos participantes. Durante toda a audiência, a equipe técnica buscará promover um ambiente de diálogo pautado pelos princípios da transparência, respeito, publicidade das informações e

participação social, assegurando igualdade de oportunidade para manifestação dos diferentes públicos presentes.

Sistematização e avaliação das contribuições

Após a realização da audiência pública, todas as manifestações registradas serão organizadas, analisadas e incorporadas ao relatório do PCS e ao PACUERA. Essa etapa compreenderá a consolidação da lista de presença, registro fotográfico, sistematização das perguntas e sugestões apresentadas, elaboração da ata da audiência e avaliação da efetividade das estratégias de comunicação adotadas, utilizando os indicadores definidos neste plano. As contribuições obtidas durante a audiência pública constituirão importante subsídio para a consolidação do PACUERA, permitindo que as percepções e expectativas da população sejam consideradas durante a finalização do estudo.

A seguir (itens 4 e 5) são detalhadas ações e previsão de público, local e forma de realização para etapas prévias, durante e após audiência pública.

4 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

4.1 Reuniões prévias e outras formas de divulgação

Como etapa preparatória para a realização da audiência pública, serão promovidas 04 reuniões de articulação institucional com representantes das prefeituras municipais e lideranças comunitárias da área de estudo do PACUERA. Essas reuniões têm como finalidade apresentar o plano, esclarecer os objetivos da audiência pública, alinhar as estratégias de divulgação e mobilização social e identificar os meios de comunicação mais eficazes para alcançar a população local.

Considerando a abrangência territorial do empreendimento, que envolve os municípios de Nova Cantu, Roncador, Laranjal e Palmital, bem como as distâncias entre as sedes municipais, as reuniões serão realizadas preferencialmente em formato remoto, por meio de plataforma de videoconferência. A adoção desse formato busca otimizar o processo de articulação, reduzir deslocamentos e ampliar a participação das instituições convidadas.

As reuniões serão direcionadas aos representantes das prefeituras municipais, especialmente das secretarias relacionadas ao meio ambiente, agricultura, planejamento e assistência social, bem como às lideranças comunitárias identificadas durante o diagnóstico socioeconômico, incluindo representantes do Projeto de Assentamento Fazenda do Chapadão, associações comunitárias, associações de produtores rurais e outras entidades com atuação local.

Durante os encontros serão apresentados os objetivos e as principais diretrizes do PACUERA, o cronograma previsto para a audiência pública, as formas de participação da sociedade e as estratégias de divulgação propostas pelo PCS. Também serão discutidas as particularidades de cada município, buscando identificar os canais de comunicação mais utilizados pela população e definir ações conjuntas para ampliar a mobilização dos moradores.

As reuniões deverão ocorrer 60 dias antes da audiência pública, em datas acordadas com as instituições participantes. Caso necessário, poderão ser realizadas reuniões complementares com municípios ou comunidades específicas, visando atender demandas identificadas durante o processo de mobilização.

4.2 Reunião preparatória com a equipe do IAT

Como etapa de alinhamento institucional, deverá ser realizada uma reunião técnica com a equipe do IAT, preferencialmente em formato presencial, com o objetivo de apresentar o PCS, discutir o planejamento das ações de divulgação da audiência pública e alinhar os procedimentos técnicos e administrativos relacionados à condução do processo participativo.

A reunião buscará assegurar que as estratégias de comunicação propostas estejam em conformidade com as orientações do órgão ambiental, possibilitando o esclarecimento de dúvidas, o aperfeiçoamento das ações previstas e a definição dos encaminhamentos necessários para a realização da audiência pública. Entre os principais temas a serem abordados destacam-se: apresentação dos objetivos e da metodologia do PCS; apresentação do cronograma das ações de divulgação e mobilização social; definição dos procedimentos para realização da audiência pública; alinhamento das formas de divulgação, registro e documentação do evento e esclarecimento de eventuais recomendações técnicas apresentadas pelo IAT.

A reunião deverá ser realizada antes do início das ações de divulgação da audiência pública, em data previamente acordada entre o empreendedor, municípios e a equipe técnica do IAT. As recomendações eventualmente apresentadas pelo IAT durante as reuniões serão registradas pela equipe técnica responsável e, incorporadas ao planejamento das ações previstas neste plano, buscando assegurar a adequada condução do processo participativo e o atendimento às diretrizes estabelecidas para a elaboração do PACUERA.

4.3 Audiências públicas

Considerando a extensão territorial da área de estudo, a distribuição espacial da população e a abrangência do reservatório sobre quatro municípios paranaenses (Nova Cantu, Roncador, Laranjal e Palmital), propõe-se a realização de duas audiências públicas híbridas, distribuídas de forma a contemplar os diferentes públicos de interesse e facilitar o deslocamento da população residente nas duas margens do reservatório. A definição dos locais busca priorizar espaços públicos de fácil acesso, com infraestrutura adequada para recepção dos participantes, disponibilidade de

equipamentos e capacidade compatível com o público esperado. Dessa forma, propõe-se a realização dos eventos nos seguintes locais (quadro 1).

Quadro 1 - Locais propostos para realização da audiência pública.

Município	Local proposto	Público prioritário
Nova Cantu/PR	Câmara municipal de vereadores de Nova Cantu Coordenadas 7270030.00 m S e 340682.00 m E (SIRGAS 2000 22s)	Moradores, proprietários rurais e instituições localizadas na margem direita do reservatório, incluindo representantes de Nova Cantu e Roncador
Laranjal/PR	Colégio Estadual Chapadão (PA Fazenda do Chapadão). Coordenadas 7257096.00 m S e 352301.00 m E (SIRGAS 2000 22s)	Moradores do assentamento, proprietários rurais e instituições localizadas na margem esquerda do reservatório, abrangendo principalmente os municípios de Laranjal e Palmital

A realização de uma audiência pública em cada margem do reservatório busca reduzir as dificuldades de deslocamento da população rural, ampliar o alcance das ações de participação social e favorecer a representatividade dos diferentes segmentos envolvidos. A escolha do Colégio Estadual Chapadão, localizado no Projeto de Assentamento Fazenda do Chapadão, justifica-se pela concentração de famílias residentes na área de estudo e pela facilidade de acesso para um dos principais públicos diretamente relacionados ao PACUERA.

As datas e horários das audiências públicas serão definidos em conjunto com o IAT, observando os prazos legais para divulgação e a disponibilidade dos espaços selecionados. Recomenda-se que os eventos sejam realizados em dias e horários que favoreçam a participação da população, especialmente dos produtores rurais e trabalhadores residentes na área de estudo do empreendimento.

Quadro 2 – Momentos e tempo gasto para atividades previstas.

Horário	Conteúdo	Objetivo da atividade	Metodologia aplicada	Materiais necessários
30 minutos	Recepção dos participantes	Recepcionar os participantes, realizar o registro de presença e entregar material informativo sobre o PACUERA e a audiência pública	Entrega de lista de presença, folders e formulário para registro de perguntas	Lista de presença, folders, formulários para perguntas, canetas
20 minutos	Abertura institucional	Apresentar os objetivos da audiência pública, contextualizar o processo de elaboração do PACUERA e esclarecer a dinâmica do evento	Composição da mesa, apresentação institucional e leitura das orientações para participação	Projektor multimídia, notebook, microfone, sistema de som e apresentação institucional
50 minutos	Apresentação técnica do PACUERA	Apresentar os principais resultados do diagnóstico, as diretrizes propostas para o uso e ocupação do entorno do reservatório e as recomendações do plano	Exposição dialogada utilizando apresentação multimídia, mapas, fotografias e demais recursos visuais	Slides, mapas, imagens, projetor multimídia, sistema de som e apontador
20 minutos	Intervalo	-	-	-
90 minutos	Manifestação dos participantes e esclarecimento de dúvidas	Garantir a participação social, receber contribuições, registrar questionamentos e promover o diálogo entre a equipe técnica e a comunidade	Inscrição dos participantes para manifestação oral, recebimento de perguntas escritas, respostas pela equipe técnica e registro em ata	Microfone, fichas de inscrição, formulários para perguntas, ata, gravador, computador para registro
15 minutos	Encerramento	Apresentar os próximos encaminhamentos do processo, agradecer a participação e informar sobre a disponibilização das contribuições registradas	Síntese dos principais pontos discutidos e encerramento formal da audiência	Ata, lista de presença, registro fotográfico e equipamento audiovisual

5 PLANEJAMENTO DE MÍDIA

O planejamento de mídia proposto para a divulgação da consulta pública prevê a utilização de meios e veículos, conforme descrito a seguir:

Mídia	Quantidades	Período	Especificação do material	Detalhamento
Jornal	02 publicações	15 dias	Publicação em jornal impresso e/ou portal de notícias regional	Publicação de matérias e anúncios em jornais locais e regionais para divulgar o PACUERA e as audiências públicas
Convites	100 envios	15 dias	Formato digital via e-mail ou WhatsApp	Envio de convites para entidades, atores sociais e Ministério Público, com antecedência mínima de 45 dias, para as audiências públicas
Folders	200 und.	15 dias	Panfleto - 1 (um) lâmina, formato 15x21cm, couchê liso de 150gr, colorido.	Elaboração e distribuição de cartazes e folders informativos sobre o PACUERA e as audiências públicas
Faixas	8 faixas	15 dias	Faixa em formato lona	Utilização de faixas de rua em locais estratégicos para divulgar as audiências públicas e outros eventos importantes
Spots de rádio	30 inserções	15 dias	Spot de rádio de 30 segundos, com locução em off e trilha padrão	Produção e veiculação de spots de rádio em emissoras locais e regionais, próximos à realização dos eventos
Carro de som	Até 4 dias de divulgação (1 dia por município)	5 dias	Veículo equipado com sistema de som e mensagem gravada	Utilização de carro de som para divulgar as audiências públicas e outros eventos em áreas de difícil acesso ou com baixa cobertura de outros meios de comunicação
Hotsite	1 página	Durante todo o processo	Página eletrônica contendo documentos e informações do PACUERA	Criação de um hot site ou página na internet para o PACUERA, com informações atualizadas, documentos, fotos e vídeos
Redes sociais	Mínimo de 8 publicações	15 dias	Publicações em redes sociais institucionais	Utilização de redes sociais locais para divulgar informações sobre o PACUERA e orientar a participação na audiência pública
Canal de comunicação direto	1 canal	Durante todo o processo	Número de telefone e WhatsApp institucional e endereço eletrônico	Criação de um canal de comunicação direto com o empreendedor, como um número de telefone WhatsApp, para receber dúvidas, sugestões e reclamações sobre o PACUERA

5.1 Cronograma de execução

Quadro 3 - Cronograma de execução do PCS.

Ações	Realização da consulta pública em 2026					
	quinzenas					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Planejamento das ações de comunicação						
Elaboração e aprovação dos materiais de divulgação						
Reunião preparatória com a equipe do IAT						
Reuniões prévias com prefeituras e lideranças comunitárias						
Produção e envio de convites institucionais						
Divulgação em jornais, rádios, redes sociais e página eletrônica						
Instalação de faixas e distribuição de folders						
Divulgação por carro de som						
Atendimento ao público pelos canais de comunicação						
Realização das audiências públicas						
Sistematização das contribuições e elaboração do relatório final						

6 REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Conforme previsto neste PCS, serão realizadas duas audiências públicas em formato híbrido, distribuídas entre os municípios de Nova Cantu e Laranjal, buscando ampliar o acesso da população residente nas diferentes margens do reservatório e facilitar a participação dos atores diretamente relacionados ao empreendimento.

As audiências serão conduzidas por equipe técnica multidisciplinar responsável pela elaboração do PACUERA, que realizará a apresentação dos estudos em linguagem clara e acessível, utilizando recursos audiovisuais, mapas, fotografias e demais materiais ilustrativos que facilitem a compreensão do conteúdo apresentado.

As manifestações da sociedade poderão ser realizadas oralmente ou por escrito, mediante inscrição durante a audiência, sendo assegurado tratamento igualitário a todos os participantes. As contribuições recebidas serão registradas em ata e sistematizadas pela equipe técnica, subsidiando a consolidação da versão final do PACUERA, quando pertinentes ao escopo do estudo.

Como forma de garantir a transparência e a rastreabilidade do processo participativo, cada audiência contará com lista de presença, registro fotográfico, registro das manifestações apresentadas e elaboração de ata, compondo a documentação que integrará o relatório final do Plano de Comunicação Social.

Para acompanhamento remoto, será disponibilizado previamente o link de acesso remoto, acompanhado das orientações necessárias para participação virtual. Será utilizada plataforma de videoconferência compatível com transmissão em tempo real, assegurando condições técnicas adequadas de áudio, vídeo e estabilidade de conexão.

Os participantes que acompanharem a audiência de forma remota poderão encaminhar perguntas, manifestações e sugestões por meio das ferramentas disponibilizadas pela plataforma utilizada, garantindo-se tratamento isonômico em relação às manifestações realizadas presencialmente. Todas as contribuições serão registradas e incorporadas aos documentos da audiência, observando os mesmos critérios adotados para os participantes presentes no local do evento.

Para o formato híbrido, será disponibilizado formulário eletrônico ou ferramenta equivalente para registro dos participantes remotos, contendo, no mínimo, nome completo e meio de contato. Essas informações serão utilizadas exclusivamente para fins de comprovação da participação e instrução do processo administrativo, em

conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, sendo vedada sua utilização para qualquer outra finalidade.

Após a realização das audiências públicas, será elaborado relatório consolidado contendo a descrição das atividades desenvolvidas, registros fotográficos, listas de presença, ata dos eventos, síntese das manifestações apresentadas e respectivos encaminhamentos, bem como avaliação da efetividade das ações previstas no PCS. Esse relatório integrará a documentação técnica do PACUERA e subsidiará a conclusão do processo participativo junto ao IAT.

7 RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ao término das audiências públicas será elaborado um Relatório da Audiência Pública, com a finalidade de documentar todas as etapas do processo de comunicação, mobilização e participação social. O relatório constituirá o principal instrumento de comprovação da execução das ações previstas neste plano, permitindo demonstrar o atendimento às exigências legais e às orientações estabelecidas pelo IAT, bem como registrar as contribuições apresentadas pela sociedade durante o processo participativo.

O relatório apresentará de forma individualizada as manifestações presenciais e aquelas encaminhadas pelos participantes remotos, indicando o canal utilizado para envio de cada contribuição. Também será anexado o registro dos participantes que acompanharam a audiência por meio eletrônico, contendo, no mínimo, nome completo e meio de contato, conforme informações fornecidas no momento da inscrição.

Os dados pessoais eventualmente coletados durante o processo de inscrição e participação serão utilizados exclusivamente para fins de comprovação da realização da audiência pública e instrução do processo administrativo do PACUERA, observando-se as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

8 CONCLUSÃO

O plano proposto foi estruturado com o propósito de assegurar um processo de comunicação que promova o envolvimento dos diferentes atores sociais na discussão das diretrizes de uso e conservação do entorno do reservatório.

As ações previstas contemplam desde a articulação institucional com prefeituras e lideranças comunitárias até a ampla divulgação das audiências públicas, utilizando diferentes meios de comunicação e estratégias compatíveis com a realidade socioeconômica da área de estudo. A realização de duas audiências públicas presenciais, distribuídas entre os municípios de Nova Cantu e Laranjal, busca ampliar o acesso da população residente nas diferentes margens do reservatório, fortalecendo a representatividade e a efetividade do processo participativo.

Além de atender às exigências da legislação ambiental e às diretrizes estabelecidas pelo IAT, o plano pretende contribuir para o fortalecimento do diálogo entre o empreendedor, o poder público e a sociedade, garantindo que as informações relativas ao PACUERA sejam amplamente divulgadas e que as contribuições apresentadas pelos diferentes segmentos sociais possam subsidiar o aperfeiçoamento das diretrizes propostas.

Dessa forma, espera-se que as ações previstas neste plano proporcionem condições adequadas para a realização de um processo participativo legítimo, transparente e representativo, favorecendo a construção coletiva de soluções voltadas à conservação ambiental, ao ordenamento territorial e ao uso sustentável do entorno do reservatório da PCH Cantu 2.